

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.261 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2001

## Congresso Nacional aprova oito medidas provisórias

Em sessão conjunta realizada ontem à noite, os senadores e deputados federais aprovaram oito medidas provisórias. Entre elas, estão as MPs que fixam regras para o reajuste de medicamentos, asseguram o pagamento de seguro-desemprego a empregados domésticos e permitem refinar dívidas com o Programa de Crédito Educativo.

PÁGINA 5



Bernardo Cabral:  
Comissão de  
Constituição e Justiça



Lúcio Alcântara:  
Comissão de  
Assuntos Econômicos



Romeu Tuma:  
Comissão de  
Assuntos Sociais



Jefferson Péres:  
Comissão de  
Relações Exteriores



Ney Suassuna:  
Comissão de  
Fiscalização e Controle



Ricardo Santos:  
Comissão de  
Educação



José Alencar:  
Comissão de Serviços  
de Infra-Estrutura

## Comissões do Senado elegem seus presidentes

Já estão definidos os presidentes das comissões permanentes do Senado. Eles foram escolhidos ontem para um mandato de dois anos. Conforme acordo entre os partidos, o PMDB, o PFL e o PSDB ficaram, cada um, com a presidência de duas comissões. Uma comissão, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional, será presidida pelo Bloco Oposição (PT/PDT/PPS).

PÁGINAS 6 E 7

### PLENÁRIO DEBATE FUNDOS CONSTITUCIONAIS E APROVA CINCO PROJETOS

Na sessão de ontem do Senado, marcada por debate sobre proposta que altera a destinação dos recursos dos fundos constitucionais, foram aprovados cinco projetos. Um deles aumenta para 12 horas o período mínimo de repouso dos ferroviários. Outro cria o Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira. Os três demais renovam concessões de emissoras de rádio.

PÁGINA 3

**Ex-senador  
Argemiro de  
Figueirêdo é  
homenageado**

PÁGINA 8

**Mudanças  
em relações  
de trabalho  
vão a votação**

PÁGINA 3

**CAE realiza  
seminário  
hoje sobre  
dolarização**

PÁGINA 11



O senador Casildo Maldaner registrou em discurso o 150º aniversário de Joinville (SC). Segundo ele, o município é hoje um exemplo para Santa Catarina e o Brasil.

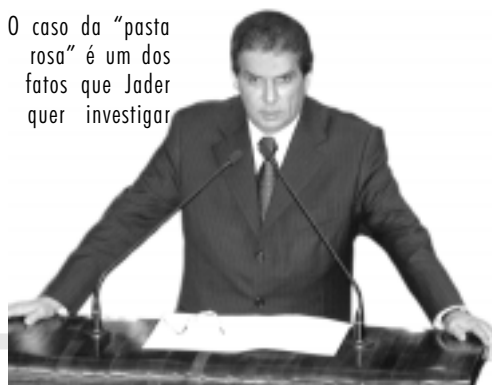
PÁGINA 8

## Jader propõe ampliação das investigações de CPI

O presidente do Senado, Jader Barbalho, garantiu sua assinatura no pedido de CPI para apurar denúncias de corrupção na administração federal, mas sugeriu que a investigação seja ampliada, incluindo fatos não abrangidos pelo requerimento formulado pela oposição.

PÁGINA 4

O caso da "pasta rosa" é um dos fatos que Jader quer investigar



# Freire elogia decisão do TST contra Lei do Passe

Senador elogia o jogador Juninho Pernambucano, que conquistou na Justiça “o direito de ser livre”, e protesta contra os clubes de futebol, por pressão feita contra o dispositivo legal que acaba com o passe a partir do próximo dia 26

Ao elogiar a liminar concedida pelo corregedor-geral do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Francisco Fausto, permitindo ao jogador Juninho Pernambucano, do Vasco da Gama, transferir-se para um outro clube,



o senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que a decisão significa um passo importante para acabar com a Lei do Passe no Brasil. Na sua opinião, a Lei do Passe “é um resquício de comportamentos escravagistas que ainda resistem junto aos dirigentes de futebol”.

## Bancada nordestina discute novos caminhos para a Sudene

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) convocou a bancada de senadores do Nordeste para reunião que será realizada no final da tarde da próxima quarta-feira, no Senado, a fim de “corrigir o que não está correto, mas preservar a Sudene”.



Ney Suassuna quer “corrigir o que não está correto, mas preservar a Sudene”

Segundo Suassuna, a autarquia está sendo injustificada e sua existên-

ferências de jogadores, e que segundo a CPI se misturam com vários tipos de ilícitos, teimam em postergar a entrada em vigor do dispositivo da Lei Pelé acerca do passe, prevista para o próximo dia 26 de março – afirmou Freire.

O senador disse que já conhecia Juninho Pernambucano como atleta desde a época em que o jogador defendia o Sport Club Recife, e que agora estava conhecendo “o Juninho cidadão, o homem que defende o seu direito de ser livre”. “É a ele que rendo as minhas homenagens”, declarou.

O senador concordou com a opinião manifestada pelo ex-jogador Sócrates, em reunião da CPI do Futebol, de que “o futebol brasileiro especializou-se em vender o artista porque não sabe vender o espetáculo”.

tência é muito importante para a região, tendo, inclusive, servido de modelo para as demais superintendências (da Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul). Ele informou que o governo suspendeu a extinção da Sudene por um prazo de 60 dias, enquanto estuda mudanças no órgão. O senador observou que o total gasto para construir a ponte Rio-Niterói representa o orçamento de 40 anos da Sudene.

## Tião Viana destaca papel do teatro na formação de jovens

Comemorou-se ontem, pela primeira vez, o Dia Mundial do Teatro para a Infância e a Juventude, festejado em vários países como meio de demonstrar a importância das artes cênicas na formação de crianças e adolescentes. O comunicado foi feito pelo senador Tião Viana (PT-AC). Ele informou que o Centro Brasileiro de Teatro para a Infância e a Juventude (CBTIJ) programou uma série de atividades. Dentre elas, uma festa homenageando grandes nomes do teatro brasileiro.

Tião Viana ressaltou que “nos



Segundo Viana, o teatro tem sido um “espaço de resistência” mesmo “nos períodos obscuros”

períodos obscuros da história da humanidade o teatro sempre adquiriu real dimensão como espaço de resistência e de difusão de utopias humanistas”.

Já em relação ao público infanto-juvenil, disse o senador, o teatro tem sido um grande aliado de pais e professores, uma vez que estimula, com seus jogos e exercícios dramáticos, a inteligência e a convivência saudável de jovens em grupo. Tião Viana aproveitou a data para homenagear todos os artistas.

## Piva recebe agradecimentos por iniciativa em favor do esporte

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) recebeu ontem, em seu gabinete, a visita do secretário-geral do Comitê Paralímpico Brasileiro, Vital Severino Neto. Ele veio agradecer ao senador paulista pela iniciativa de apresentar projeto que destina 2% da renda líquida das loterias federais – cerca de R\$ 50 milhões anuais – para que os comitês olímpico e paraolímpico brasileiros invistam em programas de formação de novos atletas, principalmente vindos de famílias carentes, com o objetivo de retirar os menores das ruas. O projeto, aprovado pelo Sena-



Piva pretende destinar 2% da arrecadação das loterias para comitês olímpico e paraolímpico

do, foi apreciado também pela Câmara e retornou ontem ao Senado, porque sofreu alterações, devendo tramitar agora pelas Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos. Pedro Piva afirmou que fará todo o empenho para que a matéria seja aprovada no mês de abril, para que seus benefícios sejam aplicados ainda este ano.

Vital Severino Neto destacou a importância do projeto, que promoverá alterações profundas no esporte olímpico brasileiro, com a injeção dos recursos oriundos das loterias.

## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2001

Presidente  
Jader Barbalho

10h – Recebe o deputado Wolfgang Thierse, presidente do Parlamento Alemão (Bundestag)  
10h30 – Recebe Francisco Dorneles, ministro do Trabalho e Emprego  
13h – Almoço na Residência Oficial do Senado

### PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: PLC nº 85/00, dá nova redação ao art. 46 da Lei nº 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos (declarações de nascimento após o prazo legal); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 69/99, altera a redação da alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição federal (financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste); PLC nº 72/95, que disciplina os anúncios de oferta de emprego; PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; PLC nº 50/98, acrescenta dispositivos ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho (inclusão das horas extras habituais no aviso prévio); PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional; e PDLs aprovando atos de renovação e outorga de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

### COMISSÕES

9h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: apreciação dos relatórios apresentados às contas do presidente da República referentes ao exercício financeiro de 1995 (Mensagem nº 173/1996-CN) e de 1999 (Mensagem nº 349/2000-CN). Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

### ESPECIAL

9h às 18h30 – A Comissão de Assuntos Econômicos promove o seminário “Dolarização x Pluralismo Monetário nas Américas: A Controvérsia Vista do Brasil”. O evento também é patrocinado pelo Instituto de Estudos Avançados, da Universidade de São Paulo, e pelo Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais, do Itamaraty. O debate vai contar com a participação, dentre outros, do presidente do Banco Central, Arminio Fraga; do deputado Delfim Netto; do diretor do Banco Central Daniel Gleizer e dos economistas Afonso Celso Pastore, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Eduardo Giannetti da Fonseca e Paulo Nogueira Batista Jr. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

### PREVISÃO

Sexta-feira  
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Projetos na área trabalhista concentram a pauta de hoje

Quatro propostas referentes a relações de trabalho fazem parte da pauta de hoje do Plenário do Senado. Uma delas, com parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), estabelece que os processos que tratam de empregados demitidos por justa causa devem ter prioridade para julgamento. Pelo projeto, tais ações judiciais deverão ser julgadas no prazo máximo de 120 dias.

Outra proposta a ser examinada, também aprovada pela CAS, é o projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta os anúncios de oferta de empregos publicados pelos jornais.

Uma terceira matéria prevê a inclusão do valor das horas extras habituais no cálculo da indenização devida a empregados demitidos, conforme prática que vem sendo seguida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). No âmbito da CAS, a proposta recebeu parecer favorável do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

O quarto projeto relativo a questões trabalhistas regulamenta a atividade profissional de peão de rodeio, equiparando-a à de atleta profissional. A matéria recebeu pareceres favoráveis da CAS e da Comissão de Educação.

Será ainda apreciado projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que retira da lei a multa atualmente paga por responsáveis pelo atraso nas declarações de nascimento. As declarações feitas após o decurso de prazo legal são punidas, pela atual legislação, com multas equivalentes a 10% do salário mínimo, apesar da gratuidade do registro civil.



Antero relatou favoravelmente a inclusão de horas extras habituais no cálculo das indenizações

Ainda hoje, transcorrerá o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que destina 25% dos recursos dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a projetos de infra-estrutura econômica. Pelo texto da proposta, os financiamentos passariam a ser geridos pelos governos estaduais e beneficiariam obras como hidrovias, estradas e construção de usinas produtoras de energia.

Integra ainda a pauta de votações três projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Um dos projetos renova a concessão da Rádio Globo de São Paulo (SP). Os outros dois autorizam a prefeitura municipal de São José do Rio Preto (SP) e a Associação Comunitária Conceiçuense de Radiodifusão, da cidade de Conceição de Ipanema (MG), a executarem serviços de radiodifusão.

## Plenário diverge sobre gestão dos fundos constitucionais

Proposta de Luiz Otávio de reservar 25% dos recursos dos fundos para obras de infra-estrutura não encontra consenso entre senadores

O segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA) que reserva 25% dos recursos dos fundos constitucionais de desenvolvimento a obras estaduais de infra-estrutura demonstrou falta de consenso no Plenário em relação ao tema. Quatro senadores defenderam a aprovação e quatro se manifestaram contra a proposta.

Os três fundos constitucionais de desenvolvimento destinam-se a garantir recursos para o financiamento de atividades produtivas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Para isso, eles contam com 3% do produto da arrecadação dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). A divergência entre os parlamentares está relacionada à utilização desses recursos.

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) apontou como correto o diagnóstico traçado por Luiz Otávio segundo o qual a falta de infra-estrutura muitas vezes afasta potenciais investidores. Ele observou, porém, que essa carência poderia ser resolvida por uma política de desenvolvimento regional. "Precisamos garantir recursos para atividades produtivas, com efeitos multiplicativos", afirmou.

O mesmo argumento foi utilizado por Ademir Andrade (PSB-PA), para quem os estados deveriam



Na discussão da matéria, quatro senadores defenderam a emenda constitucional e quatro se manifestaram contra a aprovação da proposta

buscar outras fontes de recursos para obras de infra-estrutura. Jonas Pinheiro (PFL-MT) recordou que 30% dos recursos dos fundos já vão para a agricultura familiar, o comércio e o financiamento de obras de infra-estrutura realizadas pela iniciativa privada. "Sou contra a proposta porque estamos acabando com a disponibilidade de recursos dos fundos", disse Pinheiro. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) reforçou a necessidade de aplicação dos recursos na produção. "Os resultados são visíveis", afirmou.

Em defesa de sua proposta, o senador Luiz Otávio observou que muitas vezes os recursos colocados à disposição dos investidores nos fundos constitucionais acabam retornando aos bancos, por falta de projetos. "O que não pode continuar é a situação enfrenta-

da pelos produtores de nossas regiões para transportar suas mercadorias", disse.

Para evitar que os recursos dos fundos fiquem parados, o senador Romero Jucá (PSDB-RR), favorável à proposta, sugeriu que a eventual regulamentação da emenda constitucional estabeleça a utilização em infra-estrutura apenas dos recursos não usados na produção.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), por sua vez, propôs que os financiamentos para as obras de infra-estrutura só sejam liberados se estiverem vinculados a necessidades do setor produtivo. Ao anunciar que abordaria o tema nas sessões seguintes, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) culpou a burocracia estatal pela falta de liberação de recursos dos fundos constitucionais.

## Aprovado o aumento do período de descanso mínimo para os ferroviários

O Plenário aprovou ontem os projetos que prevêm a elevação, de 10 para 12 horas contínuas, do período mínimo de repouso dos ferroviários e a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira. Ambos serão encaminhados à sanção presidencial.

O relator do primeiro projeto votado, senador Moreira Mendes (PFL-RO), afirmou em seu parecer que é insuficiente o repouso de 10 horas, após uma jornada que pode atingir 14 horas. "Sem descanso e condições de manter a vigilância adequada, o empre-

gado pode colocar em risco a sua vida e a de outras pessoas", diz o senador.

### CONSELHO

Durante a discussão da segunda proposta aprovada, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) recordou que o texto, em tramitação há 12 anos no Congresso Nacional, foi apresentado pelo então deputado – e agora governador de São Paulo – Geraldo Alckmin. "Gostaria de saudar o ex-deputado e defender o controle social dos recursos destinados à assistência social dos trabalhadores", afirmou. O projeto aprovado per-

mitirá a participação da sociedade na fiscalização da utilização, pelas usinas e destilarias, dos recursos do programa de assistência social dos canavieiros.

Foram ainda acolhidos pelo Plenário três projetos de decreto legislativo. Eles prevêm a outorga de concessão à Empresa de Comunicação PRM de uma emissora de televisão em Santos (SP) e a renovação da concessão para explorar serviço de radiodifusão às rádios Emissora Vanguarda, em Sorocaba (SP), e Globo, no Rio de Janeiro (RJ). Os três foram encaminhados à promulgação.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

Subsecretaria de Projetos Especiais - NCCAM

www.senado.gov.br

# Jader confirma apoio à CPI destinada a apurar corrupção

Presidente do Senado anuncia que assinará requerimento após constatar que foram incluídos na investigação o caso da "pasta rosa" e as denúncias de superfaturamento das centrais nucleares e de desvio de recursos do FAT

O presidente do Senado, Jader Barbalho, afirmou ontem à noite que "considerava assinado" o requerimento para instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar irregularidades na administração pública federal, que está sendo proposta por partidos de oposição. À tarde, durante a sessão plenária, Jader Barbalho havia dito que assinaria o requerimento desde que fossem incluídas, entre as denúncias a serem apuradas, aquelas relativas à "pasta cor-de-rosa" e suas vinculações com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ao superfaturamento das centrais nucleares e ao desvio dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE), aceitou imediatamente a incorporação das novas denúncias e perguntou ao líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), se a decisão de Jader implicará a obtenção de novas assinaturas no Senado.

Antes da resposta do líder, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) fez questão de declarar que a assi-

natura de um requerimento para instalação de CPI é uma questão de consciência que não deve ser transformada em questão partidária.

— Não acho que qualquer partido possa obrigar um senador a assinar ou não esse tipo de requerimento. É uma questão de convencimento: quem estiver convencido da oportunidade da instalação da CPI que assine; quem não estiver, que não assine — disse Maguito.

Ao responder a Dutra e a Maguito, o líder do PMDB garantiu que convocará imediatamente uma reunião da bancada para debater o assunto. Calheiros disse que levará à reunião tanto a argumentação do Bloco Oposição quanto a questão de consciência apontada por Maguito.

Até o momento, três senadores do PMDB já declararam ter assinado o requerimento: Pedro Simon (RS), Maguito Vilela (GO) e José Fogaça (RS). Segundo Dutra, já são 21 assinaturas no Senado, sendo 16 dos partidos oposicionistas, três



Jader Barbalho também defende a apuração de superfaturamento em centrais nucleares e de desvio de recursos do FAT

do PMDB e as dos senadores Antonio Carlos e Jader. Dutra revelou que a oposição tem, ainda, "duas promessas quase certas", faltando, portanto, apenas quatro assinaturas. "Tenho esperança de que alguns senadores do PMDB e do PFL sigam o exemplo meritório de Antonio Carlos e de Jader", assinalou.

Dutra afirmou que consultará cada um dos senadores que assinaram o requerimento sobre o aditamento de denúncias proposto por Jader Barbalho, e manifestou sua convicção de que ninguém terá restrições a fazer.

## Senador se diz vítima de campanha

O presidente do Senado, Jader Barbalho, protestou contra a contínua campanha de difamação de que está sendo vítima, por parte de políticos e de órgãos de imprensa, mesmo depois de ter assumido a Presidência do Senado.

— Agora estou sendo chamado de grileiro. Essa campanha já está comprometendo a própria instituição, apesar do equilíbrio que tenho procurado manter, justamente para defender os interesses do Senado — disse.

O senador lamentou que o Brasil não tenha memória, dizendo que o país está presenciando "uma réplica da história da velha prostituta que agora prega castidade", aludindo às denúncias que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) vem apresentando contra o governo federal e o próprio Jader.

Para o presidente do Senado, "está mais do que na hora de passar da fase das denúncias para a da apuração dos fatos e de responsabilização dos culpados". Ele

anunciou que assinaria o pedido de instalação da CPI, apesar de estar incluído, pessoalmente, em um dos itens a serem investigados: as irregularidades no Banco do Estado do Pará, que ele considerou "uma denúncia velha, de 17 anos, durante os quais nunca fui chamado a depor ou me explicar".

Como "contribuição para tornar o requerimento de CPI mais completo", o senador Jader Barbalho apresentou proposta para incluir, no item relativo à empresa baiana OAS, o processo 95.0100045-1, tendo como objeto a apreensão de documentos em poder de José Raul Sena Gigante, no Aeroporto Internacional de Guarulhos, bem como as contas fantasmas do Citibank de Salvador abertas por pessoas fictícias, Hugo Tavares Freire Filho e Heloísa Goes Freire.

Em relação à investigação sobre fraude em incentivos fiscais, Jader sugeriu ainda a inclusão de todos os programas governamentais que são beneficiados por mecanismos de renúncia fiscal.

### PASTA ROSA

Jader propôs, ainda, a apuração do episódio conhecido como "pasta rosa", além das vinculações do senador Antonio Carlos Magalhães com o Banco Econômico, o que incluiria o exame de doações de US\$ 1,1 milhão e remessas ilegais para paraísos fiscais. Ele também quer apurar denúncias de desvios de recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de superfaturamento em suprimento de energia proveniente da usina nuclear Angra II.

O uso da expressão "prostituta" por Jader Barbalho foi criticado, em apartes, pelos senadores Antonio Carlos e Marina Silva (PT-AC), para quem aquela categoria merecia um pedido de desculpas formal por parte do presidente do Senado. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) lembrou que o próprio Antonio Carlos também já se valeu de comparações ofensivas às prostitutas, devendo também pedir desculpas.

## "Queremos investigar tudo", afirma Dutra

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), aplaudiu a decisão do presidente do Senado, Jader Barbalho, de assinar o requerimento para instalar uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção na administração federal. Ele aceitou, imediatamente, a inclusão das novas denúncias propostas pelo presidente, fazendo votos para que o anúncio feito por Jader "não seja mero jogo de cena".

Dutra disse que a prioridade dos partidos de oposição é viabilizar a instalação da CPI e que, por isso, aceita aditamento de quaisquer denúncias.

— Queremos investigar tudo, porque nosso credo é trabalhar pela ética na política, acabando com malversação de verbas públicas, tráfico de influência e todos os tipos de corrupção na administração pública federal, cada dia mais presentes na imprensa — afirmou.

As denúncias já incluídas no requerimento envolvem o De-

partamento Nacional de Estradas de Rodagem, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, o Banco do Estado do Pará, a ampliação do aeroporto de Salvador, a existência de contas fantasmas na agência de Salvador do Citibank e contratos de obras nos portos de Salvador e de Santos. De acordo com o requerimento, a CPI investigará também se o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge e o ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira cometeram atos irregulares no exercício de funções públicas.

Na sessão do Congresso, ontem, Dutra rebateu argumentações contra a criação da CPI feitas pelo líder do governo, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM). Virgílio disse que a má política atrapalha a economia. O senador do PT questionou quem é o juiz para decidir o que é má política e observou que corrupção e impunidade também atrapalham a economia.



Dutra: o credo da oposição "é trabalhar pela ética na política"



Antonio Carlos Magalhães: "Mantenho a assinatura mesmo com os acréscimos aceitos pela oposição"

## ACM assegura que manterá assinatura em requerimento

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou à imprensa, no início da noite de ontem, que manterá sua assinatura no requerimento das oposições que cria uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investi-

gar denúncias de corrupção em órgãos do governo e empresas privadas. "Mantenho a assinatura, mesmo com os acréscimos aceitos pela oposição." Os novos itens foram apresentados pelo presidente do Senado, Jader Barbalho.



# Congresso aprova oito medidas provisórias

MPs tratam, entre outras matérias, de elaboração da lei orçamentária, regulação do setor de medicamentos, dívidas com Crédito Educativo, adicional para Marinha Mercante, doação de órgãos, seguro-desemprego dos domésticos e vale-pedágio

O Congresso Nacional aprovou, ontem à noite, oito medidas provisórias. Depois de editada 40 vezes, foi votada a MP que altera dispositivos legais para a elaboração da Lei Orçamentária para 2001. O Congresso aprovou a MP que define normas de regulação para o setor de medicamentos e institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos (FPR), que, por sua vez, estabelece o Reajuste Médio de Preços (RMP). A MP cria ainda a Câmara de Medicamentos, que julgará os pedidos de aumento nos preços de remédios.

Foi aprovada também a MP que permite apenas um refinanciamento das dívidas com o Programa de Crédito Educativo, com as cláusulas de garantia de pagamento estabelecidas por resolução da Caixa Econômica Federal. O valor deste desconto será automaticamente incorporado, com correção, ao valor refinanciado, em caso de não pagamento. Se as prestações estiverem



Por falta de consenso entre as lideranças, a MP sobre federalização da dívida mobiliária dos municípios foi retirada da pauta

em dia, o abatimento será de 35%. O refinanciamento poderá ser feito em até 15 anos (180 meses).

A lei que trata do adicional cobrado aos fretes para renovação da Marinha Mercante e do Fundo de Marinha Mercante foi alterada, conforme MP aprovada ontem à noite. Este adicional incide sobre o frete cobrado pelas empresas de navegação brasileiras e estrangei-

ras que operam em portos nacionais e forma a principal parte do Fundo de Marinha Mercante. O adicional não incidirá sobre navegação fluvial e lacustre, a não ser nos casos de graneis líquidos (basicamente, combustíveis) no âmbito das regiões Norte e Nordeste.

A MP que consagra a consulta aos familiares como condição *sine qua non* para a retirada, destina-

da a transplante, de órgãos e tecidos de pessoas falecidas foi aprovada pelo Congresso. A chamada "doação presumida", sem consulta à família do morto, foi abolida na primeira edição da MP, em outubro de 1998. Segundo justificativa do Executivo, a doação presumida trouxe pânico à população, levando muita gente a se manifestar como não-doadora.

Os empregados domésticos adquiriram o direito ao seguro-desemprego, de acordo com a MP votada pelo Congresso. O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada. A MP também facultou aos domésticos o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No caso do FGTS, a inclusão ocorrerá mediante requerimento do empregador. Ou seja, este poderá ou não fazer a inscrição do empre-

gado e recolher mensalmente o valor da contribuição.

Foi aprovada a MP que institui o vale-pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga. Acaba, portanto, com o pagamento do pedágio pelos caminhoneiros, deixando essa responsabilidade para os embarcadores, isto é, os proprietários originários da carga, contratantes do serviço de transporte. São equiparados aos embarcadores os contratantes dos serviços de transporte que não sejam o proprietário originário da carga e as empresas transportadoras que subcontrataram serviço de transporte prestado por transportador autônomo.

A MP que estabelece os critérios para a federalização da dívida mobiliária dos municípios foi retirada de pauta por falta de consenso entre as lideranças. Pela MP, a União assumiria até o dia 15 de junho de 2000 a dívida financeira de responsabilidade das prefeituras junto a instituições brasileiras ou estrangeiras.

## Conselho de Ética decide na terça se ouve procuradores

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado reúne-se na próxima terça-feira, às 17h, para decidir se os procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly vão prestar novo depoimento ao colegiado, desta vez em sessão secreta. A proposta foi objeto de requerimento do senador Paulo Souto (PFL-BA) e resultou na suspensão do depoimento sigiloso dos procuradores, que estava previsto para ontem.

O presidente do colegiado, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), já manifestou sua opinião de que são suficientes os esclarecimentos prestados por Guilherme Schelb e Eliana Torelly no dia 14, quando também foram ouvidos o procurador da República Luiz Francisco de Souza e três jornalistas da revista *IstoÉ*. Esses depoimentos foram tomados para instruir a investigação requerida pelas oposições sobre a conversa que o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) teve com os três procuradores. Na conversa, publicada pela *IstoÉ*, Antonio Carlos teria dito que possuía uma lista dos senadores que, em sessão secreta, votaram contra e a favor da cassação do senador Luiz Estevão.

Tebet vai aproveitar a reunião da terça-feira para anunciar o nome do relator do processo que investiga a suposta fraude no painel eletrônico de votação da Casa e possível quebra do decoro parlamentar. "Sou muito exigente e estou trabalhando para escolher uma pessoa que atenda às particularidades do caso", declarou o presidente, que disse estar evitando envolver questões partidárias nessa indicação.

### INVESTIGAÇÃO

Mesmo que o laudo dos técnicos da Universidade de Campinas (Unicamp), esperado para amanhã, constata não ter havido manipulação do painel de votações, o Conselho de Ética, na avaliação de Tebet, não perde o seu objeto de apuração. Segundo observou o presidente, alguém com senha de acesso ao sistema pode ter obtido informações sigilosas e, depois, tentado apagar os vestígios da violação, prática que teria de ser apurada por uma investigação policial. A expectativa em torno do parecer da Unicamp levou o senador Romeu Tuma (PFL-SP), corregedor do Senado, a apresentar requerimento pedindo o adiamento do depoimento secreto dos procuradores.

Também na reunião da próxima terça-feira, o Conselho de Ética deve deliberar sobre requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que pede a convocação do jornalista Fernando César Mesquita, ex-diretor da Secretaria de Comunicação do Senado. Mesquita é apontado como autor de declarações aos procuradores de que foi o responsável pelo vazamento de informações à imprensa sobre dados relativos ao sigilo fiscal e telefônico de Luiz Estevão.

Outros requerimentos devem ser formalizados no âmbito do

Conselho de Ética na próxima semana. Enquanto os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS) devem pleitear a contratação de novo trabalho de degravação da fita com a conversa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e os três procuradores da República, o senador Roberto Freire (PPS-PE) deve propor a convocação de depoimento de jornalista da *Folha de S. Paulo* que, em reportagem, teria levantado suspeita de participação de funcionários do Prodasen na suposta violação do painel eletrônico.



Ademir Andrade lamenta que recurso judicial de uma empresa esteja impedindo início da obra

## Ademir reclama recursos para rodovia

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem que a bancada do Pará no Congresso Nacional está organizando uma ofensiva para garantir a utilização dos recursos destinados ao asfaltamento da BR-422. Com 80 quilômetros de extensão, a rodovia liga a Transamazônica à rodovia estadual PA-150, os dois grandes eixos rodoviários do Pará.

Segundo o senador, há cinco anos a bancada conseguia aprovar emendas destinando as verbas necessárias à obra, mas o governo não liberava o dinheiro. Agora em 2001, as verbas já foram empenhadas e realizada a licitação para o asfaltamento, mas recurso judicial apresentado por uma das empresas concorrentes está impedindo o início dos trabalhos.



Ramez Tebet espera anunciar na reunião a escolha do relator do processo sobre quebra de decoro parlamentar

# Comissões técnicas elegem seus presidentes

As sete comissões permanentes do Senado elegeram ontem seus presidentes. Com isso, será retomado o ritmo normal de tramitação de matérias, já estando marcadas várias reuniões. As presidências das comissões foram decididas previamente por acordo entre os partidos. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania será presidida por

Bernardo Cabral; a de Assuntos Econômicos por Lúcio Alcântara; a de Assuntos Sociais por Romeu Tuma; a de Educação por Ricardo Santos; a de Fiscalização e Controle por Ney Suassuna; a de Relações Exteriores e Defesa Nacional por Jefferson Péres; e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura por José de Alencar.

## Alcântara já marca primeira reunião da CAE

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	
Presidente: Lúcio Alcântara Vice-presidente: Carlos Bezerra (27 titulares e 27 suplentes)	
TITULARES	
PMDB	PFL
Amir Lando - RO Carlos Bezerra - MT Casildo Maldaner - SC Gilberto Mestrinho - AM João Alberto Souza - MA José Alencar - MG Gilvam Borges - AP Ney Suassuna - PB Wellington Roberto - PB	Francelino Pereira - MG José Agripino - RN Jonas Pinheiro - MT Freitas Neto - PI Paulo Souto - BA Waldeck Ornêlas - BA Bello Parga - MA
BLOCO (PSDB - PPB)	BLOCO (PT- PDT- PPS)
Geraldo Melo (PSDB) - RN Lúcio Alcântara (PSDB) - CE Lúdio Coelho (PSDB) - MS Pedro Piva (PSDB) - SP Romero Jucá (PSDB) - RO	Eduardo Suplicy (PT) - SP Heloisa Helena (PT) - AL Lauro Campos (PT) - DF Paulo Hartung (PPS) - ES
PSB	PTB
Roberto Saturnino - RJ	Vago
Reuniões: Terças-feiras, às 10h Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho Telefones da Secretaria: 311-3516/4605 Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa Fax: 311-4344	

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) nos próximos dois anos será o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), eleito por unanimidade para o cargo no final da tarde de ontem. Ele sucede ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e já marcou a primeira reunião para a próxima terça-feira. A vice-presidência coube ao senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

A Comissão de Assuntos Econômicos é integrada por 27 senadores titulares e 27 suplentes.



Lúcio Alcântara reúne a CAE pela primeira vez na terça-feira

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	
Presidente: Senador Bernardo Cabral Vice-presidente: Senador Osmar Dias (23 titulares e 23 suplentes)	
TITULARES	
PMDB	PFL
Gerson Camata - ES Maguito Vilela - GO Íris Rezende - GO José Fogaça - RS Pedro Simon - RS Ramez Tebet - MS Roberto Requião - PR	Bernardo Cabral - AM Antonio Carlos Magalhães - BA Francelino Pereira - MG Bello Parga - MA Maria do Carmo Alves - SE Hugo Napoleão - PI
BLOCO (PSDB - PPB)	BLOCO (PT- PDT- PPS)
Álvaro Dias (PSDB) - PR Nilo Teixeira Campos (PSDB) - RJ Osmar Dias (PSDB) - PR Leomar Quintanilha (PPB) - TO Teotônio Vilela Filho (PSDB) - AL	Jefferson Péres (PDT) - AM José Eduardo Dutra (PT) - SE Roberto Freire (PPS) - PE Sebastião Rocha (PDT) - AP
PSB	
Ademir Andrade - PA	
Reuniões: Quartas-feiras, às 10h Secretário: Altair Gonçalves Soares Secretária-adjunta: Gildete Leite de Melo Telefones da Secretaria: 311-3972/4612	
Sala Nº 03 Ala Senador Alexandre Costa Tel. da Sala de Reuniões: 311-3541 Fax: 311-4315	

## Cabral quer aprofundar debate da reforma do Judiciário na CCJ

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) anunciou ontem, logo após ser eleito presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que pretende aprofundar as discussões sobre a reforma do Judiciário, já aprovada pelos deputados. Ele marcou para a próxima quarta-feira um debate sobre o assunto com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Almir Pazzianotto, e com o ex-presidente do Superior Tribunal Militar brigadeiro Sérgio Ferola.

Esta é a segunda vez que Cabral preside a CCJ, tendo recebido

do 14 votos contra um dado ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O senador Osmar Dias (PSDB-PR) foi eleito vice-presidente. A reunião foi presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), até então vice da CCJ – a presidência era do senador José Agripino (PFL-RN).

Bernardo Cabral lembrou, no pronunciamento de posse, que dois senadores do Amazonas estão presidindo duas das comissões mais importantes do Senado – ele, a CCJ, e o senador Jefferson Péres (PDT), também eleito ontem, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



Bernardo Cabral marcou debate sobre a reforma para quarta-feira

## Tuma escolhido por unanimidade na CAS

Por unanimidade dos votos dos 18 senadores, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) foi eleito presidente da Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada ontem. A senadora Marina Silva (PT-AC) foi eleita vice-presidente. Tuma sucede ao senador Osmar Dias (PSDB-PR).

A CAS tem entre suas atribuições apreciar matérias sobre relações de trabalho, seguridade social, população indígena, proteção e integração de portadores de deficiência, proteção à infância, à juventude e aos idosos, saúde e meio ambiente.



Romeu Tuma recebeu os votos dos 18 membros da CAS

Comissão de Assuntos Sociais - CAS	
Presidente: Senador Romeu Tuma Vice-Presidente: Senadora Marina Silva (29 titulares e 29 suplentes)	
TITULARES	
PMDB	PFL
José Alencar - MG Maguito Vilela - GO Marluce Pinto - RR Mauro Miranda - GO Pedro Simon - RS Vago Vago Vago Vago	Romeu Tuma - SP Jonas Pinheiro - MT Waldeck Ornêlas - BA Geraldo Althoff - SC Moreira Mendes - RO Maria do Carmo Alves - SE Eduardo Siqueira Campos - TO Vago
BLOCO (PSDB - PPB)	BLOCO (PT- PDT- PPS)
José Roberto Arruda (PSDB) - DF Lúcio Alcântara (PSDB) - CE Luiz Pontes (PSDB) - CE Osmar Dias (PSDB) - PR Romero Jucá (PSDB) - RR Leomar Quintanilha (PPB) - TO	Emília Fernandes - RS Lauro Campos (PT) - DF Marina Silva (PT) - AC Sebastião Rocha (PDT) - AP Tião Viana (PT) - AC
PSB	
Ademir Andrade - PA	
Reuniões: Quartas-feiras, às 9h Secretário: José Roberto A. Cruz Tel. da Secretaria: 311-3515/4608	
Sala Florestan Fernandes Ala Sen. Alexandre Costa Tel. da Sala de Reuniões: 311-3359 Fax: 311-3652	

## Ricardo Santos programa debates na Comissão de Educação



Santos quer muita atividade na CE

Os senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Moreira Mendes (PFL-RO) tomaram posse ontem como presidente e vice-presidente, respectivamente, da Comissão de Educação. Santos sucede ao senador Freitas Neto (PFL-PI).

Ricardo Santos anunciou que a comissão terá um papel bastante ativo – além do exame de matérias, realizará debates e seminários destinados a fornecer subsídios às áreas do governo responsáveis pelas políticas de educação, cultura, comunicações, desporto e lazer, ciência e tecnologia. Também

manterá a fiscalização da execução do Plano Decenal de Educação.

## Ney Suassuna promete fazer da CFC "uma CPI permanente"



Suassuna diz que todas as denúncias serão apuradas

O novo presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), eleito ontem, garantiu que o órgão será uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) permanente, que investigará todas as denúncias que envolvam dinheiro federal, inclusive na esfera de estados e municípios. Ney Suassuna sucede ao senador Romero Jucá (PSDB-RR), e informou que a CFC se reunirá todas as

quartas-feiras após a Ordem do Dia do Senado. O novo presidente prometeu começar o

trabalho com o grande número de processos existentes na comissão.

## Jefferson Péres vê Alca, Mercosul e fronteiras como desafios da CRE



Jefferson Péres recebeu os votos de todos os presentes

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) foi eleito no final da tarde de ontem presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ele sucede ao senador José Sarney (PMDB-AP). Todos os 12 participantes da reunião votaram no senador amazonense. Na próxima terça-feira, será realizada a eleição do vice-presidente da comissão, que, por acordo entre as lideranças, deverá ser indicado pelo PMDB.

Entre os desafios que enfrentará como presidente da CRE, Jefferson Péres enumerou a questão da Alca e

do Mercosul e os problemas de fronteira que o Brasil tem, sobretudo na região amazônica.

## Alencar inicia trabalho na CI com audiência sobre acidente da P-36



Alencar presidirá audiência na terça-feira

Os senadores José Alencar (PMDB-MG) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Alencar informou que a primeira providência à frente da CI será a realização de audiência pública na próxima terça-feira, que contará com a participação do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, do diretor-presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn, e dos representantes da Associação dos Engenheiros da

Petrobras (Apet) e da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Comissão de Educação - CE	
Presidente: Ricardo Santos Vice-presidente: Moreira Mendes (27 titulares e 27 suplentes)	
TITULARES	
PMDB	PFL
Amir Lando - RO Casildo Maldaner - SC Gerson Camata - ES Gilvam Borges - AP Marluce Pinto - RR Nabor Júnior - AC Ramez Tebet - MS Valmir Amaral - DF Vago	Hugo Napoleão - PI Moreira Mendes - RO Waideck Ornelas - BA Eduardo Siqueira Campos - TO José Coelho - PE Carlos Patrocínio - TO Arlindo Porto - MG
BLOCO (PSDB - PPB)	
Álvaro Dias (PSDB) - PR Nilo Teixeira Campos (PSDB) - RJ Ricardo Santos (PSDB) - ES Teotônio Vilela Filho (PSDB) - AL Fernando Matuzalém (PSDB) - RO Vago	
Reuniões: Terça-feira, às 11h30 Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares Telefone da Secretaria: 311-4604/2006 Sala nº 15 - Ala Senador Alexandre Costa Telefone da Sala de Reuniões: 311-3276	

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	
Presidente: Jefferson Péres Vice-presidente: Vago (19 titulares e 19 suplentes)	
TITULARES	
PMDB	PFL
Gilberto Mestrinho - AM Íris Rezende - GO João Alberto Souza - MA José Sarney - AP Renan Calheiros - AL Vago	Hugo Napoleão - PI Bernardo Cabral - AM Romeu Tuma - SP José Agripino - RN José Coelho - PE
BLOCO (PSDB - PPB)	
Geraldo Melo (PSDB) - RN Lúdio Coelho (PSDB) - MS Pedro Piva (PSDB) - SP Fernando Matuzalém (PPB) - RO	
BLOCO (PT- PDT- PPS)	
Geraldo Cândido (PT) - RJ Jefferson Péres (PDT) - AM Tião Viana (PT) - AC	
PSB	
Roberto Saturnino - RJ	
Reuniões: Terças-feiras, às 17h30 Secretária: Lúcia Melo Telefones da secretaria: 311-3259/3496/4777 Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa Telefone da Sala de Reuniões: 311-3367 Fax: 311-3546	

Comissão de Fiscalização e Controle - CFC	
Presidente: Ney Suassuna Vice-presidente: Freitas Neto (17 titulares e 09 suplentes)	
TITULARES	
PMDB	PFL
Alberto Silva - PI Ney Suassuna - PB Renan Calheiros - AL Tasso Rosado - RN Valmir Amaral - DF Wellington Roberto - PB	Antonio Carlos Magalhães - BA
BLOCO (PSDB - PPB)	
Geraldo Melo (PSDB) - RN Ricardo Santos (PSDB) - ES Romero Jucá (PSDB) - RR	
BLOCO (PT- PDT- PPS)	
Eduardo Suplicy (PT) - SP Heloísa Helena (PT) - AL Jefferson Péres (PDT) - AM	
PSB	
Vago	
Reuniões: Quartas-feiras, às 17h Secretário: José Francisco B. de Carvalho Telefones da Secretaria: 311-3935/3519 Fax: 311-1060 Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho Telefone da Sala de Reuniões: 311-3254	

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura - CI	
Presidente: José Alencar Vice-presidente: Leomar Quintanilha (23 titulares e 23 suplentes)	
TITULARES	
PMDB	PFL
Alberto Silva - PI José Alencar - MG José Fogaça - RS Mauro Miranda - GO Nabor Júnior - AC Roberto Requião - PR Tasso Rosado - RN	José Agripino - RN Paulo Souto - BA Carlos Patrocínio - TO Bello Parga - MA Arlindo Porto - MG Vago
BLOCO (PSDB - PPB)	
José Roberto Arruda (PSDB) - DF Ricardo Santos (PSDB) - ES Lulz Pontes (PSDB) - CE Leomar Quintanilha (PPB) - TO Vago	
BLOCO (PT- PDT- PPS)	
Geraldo Cândido (PT) - RJ Heloísa Helena (PT) - AL José Eduardo Dutra (PT) - SE Paulo Hartung (PPS) - ES	
PSB	
Vago	
Reuniões: Terças-feiras às 10h Reuniões: Terças-feiras às 14h Secretário: Celso Parente Telefones da Secretaria: 311-4354/7284/4607 Fax: 311-3286 Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa Telefone da Sala de Reuniões: 311-3292	

## Ronaldo destaca transparência e ética de Argemiro de Figueirêdo

Senado dedica parte da sessão a homenagear centenário de nascimento do político paraibano, transcorrido no dia 9

No espaço da sessão de ontem destinado a assinalar o centenário de nascimento do ex-senador paraibano Argemiro de Figueirêdo, ocorrido no último dia 9, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) afirmou que o homenageado foi o seu paradigma como homem público, seu líder e mestre, que o ensinou a fazer política com ética, transparência e decência.

Ronaldo Cunha Lima incorporou ao seu pronunciamento relato do historiador Josué Sylvestre, na homenagem prestada a Argemiro pela Câmara de Vereadores de Campina Grande. Classificado como estadista, o ex-senador foi descrito pelo historiador como "pai de família exemplar, orador magistral, advogado brilhante, parlamentar eficiente, administrador compe-



Ronaldo Cunha Lima declarou-se um discípulo de Argemiro de Figueirêdo

tente, chefe político habilidoso e cidadão de escol".

O senador declarou-se um discípulo de Argemiro, lembrando o apoio e o incentivo que recebeu do ex-senador no início de sua carreira política.

Ronaldo Cunha Lima recorreu a questão relativa à es-

cashez de água já era uma preocupação de Argemiro de Figueirêdo, que lutou pelo projeto de transposição das águas do rio São Francisco como única forma de garantir a sobrevivência do Nordeste. Ele já defendia essa tese no Senado em 1958.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse, em aparte, que o pronunciamento de Ronaldo Cunha Lima emocionava toda a Casa. Em nome do PFL, ele destacou a alegria do estado do Tocantins por poder colaborar com a possibilidade de transposição das águas do São Francisco, fornecendo parte das águas do rio Tocantins para garantir sua perenidade e volume. "Os sonhos que hoje podemos realizar se devem ao fato de que alguém ousou imaginá-los", afirmou.

## Edison Lobão recorda "um dos grandes oradores que passaram pelo Senado"

Durante a homenagem prestada pelo Senado na tarde de ontem ao ex-senador pela Paraíba Argemiro de Figueirêdo, o senador Edison Lobão (PFL-MA), em nome da Mesa, registrou que o ex-parlamentar fez parte de uma geração de "notáveis homens públicos e de grandes oradores". Ele lembrou que teve oportunidade de conhecer Argemiro e de ser seu amigo.



esta Casa. Pertencia a uma geração de oradores do estilo de Carlos Lacerda, Vieira de Melo, Raimundo Padilha, Jarbas Passarinho, Moura Andrade e tantos outros. Eram oradores virtuosos que encantavam o Plenário do Senado e da Câmara com a sua palavra e com seus ensinamentos — afirmou Lobão.

Presidindo a sessão no momento da homenagem, Edison Lobão registrou a presença de familiares e amigos de Argemiro de Figueirêdo, entre eles Sarah Figueirêdo, Ione Figueirêdo, Guilherme Augusto Figueirêdo de Almeida, Argemiro Figueirêdo Neto, Márcia Fi-

gueirêdo de Almeida, Luciano Figueirêdo, Teresa Figueirêdo e o representante da Câmara de Vereadores de Campina Grande.

Além de senador, Argemiro de Figueirêdo foi advogado, deputado constituinte em 1946, deputado estadual, interventor e governador da Paraíba. No Senado, ele notabilizou-se como defensor da região Nordeste, principalmente nos assuntos ligados à reforma agrária. "Ele está inscrito entre aqueles valores da vida pública que tanto servem ao país com o seu exemplo, história e tradição", completou Edison Lobão.



Presidindo a sessão, Edison Lobão registrou a presença, no Plenário, de familiares de Argemiro de Figueirêdo

## Maldaner registra progresso de Joinville ao completar 150 anos

Ao homenagear Joinville (SC) pelos seus 150 anos, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou que o município chega a esse aniversário rejuvenescido, moderno e administrado com zelo pelo prefeito Luiz Henrique da Silveira, ex-presidente nacional do PMDB. Ele acrescentou que a cidade serve de exemplo para o estado e para o país.

Casildo Maldaner informou que nos últimos anos foram aplicados R\$ 14 milhões em cultura e na educação. O número de alunos matriculados cresceu de 39 mil para 58 mil no ensino fundamental. "Para isso, foram construídas 240 novas salas de aula, e escolas-padrão com laboratórios de informática, auditório e quadras cobertas estão sendo instaladas", detalhou.

Ainda na área de educação, o senador contou que os professores da rede municipal recebem 130% a mais que seus colegas da rede estadual, observando que 81% dos professores têm nível superior e 47% são pós-graduados. No setor de infra-estrutura, segundo Casildo Maldaner, Joinville conta com mais de mil quilômetros de ruas pavimentadas.

O município já investe 16% de seu orçamento no setor de saúde, prosseguiu, enquanto o Ministério da Saúde recomenda que os gastos



Segundo Maldaner, "Joinville pode se vangloriar de chegar aos 150 anos gerando empregos"

na área sejam de pelo menos 7% e cheguem a 15% em 2005. "Em 2001, Joinville investirá 18%", adiantou Maldaner. Ele informou que um programa habitacional da prefeitura conseguiu acabar com uma fila de espera de 4.500 famílias que aguardavam moradia.

Segundo o senador, na área de transportes, R\$ 16 milhões foram investidos na compra de 82 veículos para renovar a frota da prefeitura. "Joinville pode se vangloriar de chegar aos 150 anos gerando empregos por meio de um conselho que reúne os maiores empresários da cidade e que forma a Desenville", declarou Maldaner, destacando que foram criados 13 mil novos negócios e 15 mil empregos diretos nos últimos quatro anos.

## Simon quer segurança para a população de Angra dos Reis

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou ontem, a uma comissão de lideranças da cidade de Angra dos Reis (RJ), preocupação com o destino do lixo atômico proveniente das usinas nucleares da região e com a questão da segurança da população que vive nas cercanias das usinas. Simon é relator de projeto de lei sobre o tema, originário da Câmara dos Deputados, e que tramita no Senado Federal. Segundo ele, "a segurança das populações vizinhas às duas usinas que funcionam em Angra dos Reis deve ser prioridade para o governo".

A construção de um hospital de base para atendimento de emergência e de uma estrada de evacuação rápida dos habitantes do município, além de um abrigo público, são as reivindicações da comunidade. Participaram da audiência no gabinete do senador Pedro Simon o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), o prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão, o presidente da Câmara Municipal da cidade, Elias José Rabha, e o vereador Odir Plácido, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal, entre outros.



Pedro Simon recebeu representantes de Angra dos Reis em seu gabinete



## Plenário aprova voto de pesar a famílias de vítimas de acidente

O Plenário aprovou ontem requerimento de voto de pesar às famílias das vítimas do acidente ocorrido na quinta-feira passada com plataforma da Petrobras, na Baía de Campos, litoral do Rio de Janeiro. O requerimento foi apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).



Heloisa: Congresso precisa exigir ações concretas de prevenção

Durante a discussão do requerimento, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) disse que o Congresso Nacional precisa exigir do governo ações concretas para que acidentes dessa natureza não voltem a ocorrer. “Solidariedade é pouco”, afirmou. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) observou que uma empresa do porte da Petrobras não pode operar com insegurança para seus funcionários.

Já o senador Paulo Hartung (PPS-ES) recomendou à empresa que inclua um representante dos trabalhadores na comissão que investigará as causas do acidente. Por sua vez, o senador Roberto

Saturnino (PSB-RJ) lembrou que a Petrobras não cumpriu decisão judicial que mandava instalar uma comissão de prevenção de acidentes em cada plataforma.

A possibilidade de sabotagem na plataforma foi levantada pelo senador Ney Sussuna (PMDB-PB). “Temos obrigação de saber o que houve, porque a plataforma não era velha e nem pequena”, afirmou. A senadora Marina Silva (PT-AC) exigiu o esclarecimento do caso. “No mínimo, há uma situação muito estranha”, disse ela.

Também demonstraram preocupação com a investigação do acidente os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), defendeu a participação do Congresso na discussão a respeito do futuro da Petrobras. “A credibilidade da empresa não pode afundar junto com a plataforma”, afirmou.

## Alcântara cobra recuperação de acesso a distrito industrial

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitou ao Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, a liberação da verba emergencial de R\$ 1,3 milhão destinada à recuperação do acesso viário ao distrito industrial de Fortaleza. Essa é uma reivindicação dos produtores cearenses que, conforme esclareceu



Alcântara: 92,3% das rodovias estão em péssimo estado

o senador, já foi oficializada em expediente conjunto da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), do chefe do distrito do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e do Departamento de Estradas de Rodagem do Ceará (DER).

Citando informações fornecidas pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará, Alcântara afirmou que oanel viário e o trecho da BR-116, que formam o conjunto sob administração federal que dá acesso ao Distrito Industrial de Fortaleza, estão “beirando o colapso”.

– Não se trata mais de pedir manutenção. Trata-se de estancar um processo de acelerada deterioração de artérias vitais para a produção do Ceará, já que é desse distrito que sai um terço da produção industrial cearense – observou.

Esses recursos, disse o senador, que representam cerca de 3% do que foi investido no ano passado no estado e do que está previsto no Orçamento Geral da União deste ano, servirão para recuperar o sistema de acesso ao distrito industrial de Fortaleza e vão aliviar a economia cearense.

Lúcio Alcântara também recomendou que o Ministério dos Transportes realize um programa permanente de acompanhamento do estado de conservação de toda a malha viária do país. Ele contou que, apesar de 64% do total de cargas deslocadas no Brasil depender das rodovias, 92,3% destas estão em péssimo ou deficiente estado.

## Maguito conclama políticos à luta contra as desigualdades

Senador lamenta que educação pública, única opção dos pobres, não tenha qualidade, o que reforça um injusto processo de seleção

O Dia Internacional de Lutapelo Fim da Discriminação Racial foi lembrado ontem pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), em discurso no Plenário. Ele assinalou que as estatísticas brasileiras mostram um quadro em que o rico é muito rico, o pobre é muito pobre e as possibilidades de ascensão social são mínimas para esses que pouco ou nada têm. “Possibilidades que diminuem consideravelmente se esse cidadão for negro ou índio”, acentuou.

– Se ainda persistem o preconceito e a separação, nós, como políticos e formadores de opinião, devemos nos expressar para contribuir com sua eliminação. Hoje, no Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial, venho manifestar meu mais inteiro repúdio a toda forma de preconceito, que ainda resiste em todos os cantos do país – afirmou Maguito.

O senador disse que a educação pública, a única opção dos pobres, não tem a qualidade do



Maguito Vilela: possibilidades de ascensão são mínimas para os que pouco ou nada têm

ensino privado, o que, em sua opinião, reforça um injusto processo de seleção e gera um abismo de desigualdades. Para Maguito, o mercado de trabalho talvez seja “a mais bem acabada vitrine das injustiças praticadas pela discriminação, pois expressa o resultado do processo histórico que formou nossa sociedade”.

– Persistem situações discriminatórias sobre segmentos específicos da população, dentre os quais os negros têm lugar

destacado, apesar das transformações ocorridas no sentido de uma maior democratização social – avaliou.

Manifestando indignação com recente acidente automobilístico que resultou na morte de 12 pessoas, ocorrido em uma estrada no estado de Minas Gerais, o senador protestou contra o “descaso” com que o governo federal trata as rodovias federais, consideradas em péssimo estado de conservação por Maguito Vilela.

## Marina: negro é maior vítima da discriminação

Ao registrar em Plenário o transcurso do Dia Internacional de Luta pelo Fim da Discriminação Racial, ontem, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que, apesar de o Brasil já ter sido chamado de democracia racial, “a realidade mostra que ainda estamos longe de conquistá-la”.

A senadora citou pesquisas que, segundo afirmou, revelam o quanto são alarmantes os dados sobre a discriminação do negro no Brasil. Ela destacou pesquisa realizada pelo Instituto Superior de Estudos da Religião, no ano passado, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Os dados, levantados em arquivos de delegacias policiais, mostram que a polícia do Rio de Janeiro mata 72,2% mais negros e pardos do que brancos.

– A maioria dos negros nem sequer são abordados em situação de conflito para se investigar se são responsáveis por aquela ação criminosa; imediatamente se presume que o ne-



“A realidade mostra que ainda estamos longe de conquistar a democracia racial”, afirma Marina Silva

gro foi o culpado e que deve ser punido – afirmou a senadora.

### VIOLÊNCIA

Ainda segundo a pesquisa, informou a senadora, de 513 pessoas mortas vítimas da violência no Rio de Janeiro, entre 1993 a 1996, 82,2% eram negras. Marina lembrou, ainda, que, embora o índice de analfabetismo no Brasil seja de 13,8%, entre os negros este índice chega a 21,6%, caindo para 20,7% entre os pardos e para 8,4% entre

os brancos.

Marina acentuou a necessidade de se continuar a luta contra a discriminação, que no Brasil, segundo ela, não é explícita, mas disfarçada. A senadora cumprimentou todos os homens e mulheres negros que lutam e lutaram pelo fim da discriminação racial no país, lembrando Zumbi dos Palmares e outros que se sacrificaram para que os negros fossem tratados com o respeito que merecem.

## TV Senado discute as causas dos acidentes envolvendo a Petrobras

O programa *Debate*, da TV Senado, analisa as causas do acidente na plataforma P-36, da Petrobras, que afundou ontem, depois de ter sofrido várias explosões no final da semana passada. Participam do debate o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) e o ex-operador de sistema da Petrobras e hoje deputado federal

Luciano Zica (PT-SP). O senador e o deputado acreditam que a terceirização dos serviços pode ser uma das explicações para os acidentes que vêm ocorrendo nas instalações da empresa. O programa vai ao ar hoje, às 6h30 e às 19h30.



O senador Geraldo Cândido é um dos participantes do programa, que será exibido hoje

### Saneamento e energia também são temas de debate



O senador Paulo Hartung é entrevistado sobre política de saneamento básico

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) é o convidado do programa *Entrevista*, da TV Senado, que será transmitido hoje. O senador fala sobre a política de saneamento básico executada no Brasil, manifestando apoio à proposta, prevista em projeto do governo, de universalização e descentralização do sistema de saneamento. O programa vai ao ar às 3h30, 7h30, 14h e 20h30.

Às 9h30, será rerepresentada a entrevista com o chefe do Depar-

tamento de Conservação de Energia da Eletrobrás e diretor do Programa Nacional de Energia, Amílcar Guerreiro. Ele fala das providências que o governo está tomando para melhorar a conservação de energia no Brasil. Guerreiro acredita no que chama de "oportunidades de conservação", tanto do produtor de energia, reduzindo as perdas do sistema elétrico, como da população, em um esforço para combater o desperdício.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

3h — *Cores do Brasil* — São Luís do Maranhão  
3h30 — *Entrevista* — O senador Paulo Hartung fala sobre a política de saneamento básico  
4h — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — Parte 1  
4h30 — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia  
5h — *Cores do Brasil* — Tiradentes  
5h30 — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia  
6h — *Cores do Brasil* — Maceió  
6h30 — *Debate* — O senador Geraldo Cândido e o deputado federal, Luciano Zica, falam sobre o acidente na Petrobras  
7h30 — *Entrevista* — O senador Paulo Hartung fala sobre a política de saneamento básico  
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia  
8h30 — *Saúde/Unip* — Diversidade e conservação da Amazônia — Parte 1  
9h — *As Cores do Brasil* — Ceará  
9h30 — *Entrevista* — Amílcar Guerreiro, chefe do Departamento de Energia da Eletrobrás, fala sobre a conservação de energia no Brasil  
10h — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após — Seminário *Dolarização* x

*Pluralismo Monetário nas Américas: A Controvérsia Vista do Brasil* (gravado)  
Logo após-Sessão Plenária (vivo)  
20h30 — *Entrevista* — O senador Paulo Hartung fala sobre a política de saneamento básico  
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
24h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## TV Senado Política e muito mais

### Cultura

Através de operadoras de TV a Cabo, antenas parabólicas e dos sistemas SKY, Direct TV, e Tec Sat, você acompanha, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões de comissões permanentes e especiais. Assista, também, a filmes nacionais, debate sobre arte, cinema, música. Viaje ainda pelo país com o programa *Cores do Brasil* que mostra paisagens e costumes de cada região.



**TV SENADO**  
Você no cenário da política nacional

Subsecretaria de Projetos Especiais - NCLM



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

##### Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DirecTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tecsats: canal 17  
Internet: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
Antena Parabólica — Sistema Digital:  
• Satélite: B1  
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 MHz  
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz  
• Antena: 3,6 m  
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110  
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG-2 DVB  
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s  
• FEC: 3/4  
Antena Parabólica — Sistema Analógico:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização: Horizontal  
• Frequência — 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

##### Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

##### Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

##### Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Moreira Mendes pede mais financiamento para o café

Preocupado com a forte redução dos preços do café no mercado internacional, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) sugeriu que o governo aumente o financiamento agrícola para o produto. Ele informou que há cerca de dois anos o valor da saca de café girava em torno de R\$



Moreira estranha que o Brasil não possa subsidiar produtores

80 e hoje o mercado não paga mais do que R\$ 65, em consequência da concorrência dos países asiáticos.

Segundo o senador, mais financiamentos vão gerar aumento de produtividade, melhorar a qualidade do produto e fazer com que a renda por hectare também seja elevada. Ele ressaltou que tanto na Europa quanto no Estados Unidos os produtores contam com subsídios de seus governos, e estranhou o fato de o Brasil não poder recorrer ao mesmo mecanismo sem com isso sofrer represálias por parte da Organização Mundial do Comércio (OMC). Moreira aproveitou para cobrar que o governo reclame nos

foros competentes quanto a essa conduta indevida, tal como esses países costumam fazer em relação ao Brasil.

O senador, que é representante do estado de Rondônia, segundo maior produtor de café do país, atrás apenas do estado do Espírito Santo,

louvou a atitude do governo federal, que recentemente suspendeu os leilões de café com o objetivo de garantir a manutenção do preço do produto. Ele acrescentou que a política de retenção de estoques do governo é uma das formas de manter o equilíbrio dos preços.

Moreira Mendes disse que, apesar de reivindicar maior apoio do governo federal, não pede por "paternalismo, mas por parceria".

— Para assegurar a competitividade do Brasil, o café precisa ser reconhecido como uma das molas propulsoras da nossa economia — concluiu.

## Ricardo Santos quer recursos para o Programa Semi-Árido Sustentável

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) informou ontem ter reiterado aos Ministérios da Integração Nacional e do Planejamento, Orçamento e Gestão as solicitações encaminhadas pelo governo do Espírito Santo para a implementação de projetos de fortalecimento da infra-estrutura



Ricardo Santos: Brasil precisa se preparar para enfrentar longas estiagens

hídrica, de irrigação e de drenagem na região semi-árida do seu estado, orçados em US\$ 30 milhões.

Os projetos, explicou o parlamentar, estão previstos no Programa Semi-Árido Sustentável e serão desenvolvidos nos estados do Nordeste e em Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás, para proteger a região dos efeitos da seca. O programa conta com a participação do governo da Espanha e terá investimentos totais no valor de US\$ 600 milhões.

As ações do programa, informou o senador, serão voltadas para o abastecimento de água e o saneamento em comunidades rurais; a infra-estrutura de apoio à pequena irrigação e à produção, e a criação de projetos diretamente produtivos,

com planejamento e gestão participativa.

Ricardo Santos lembrou que, em 1998 e 1999, a seca atingiu 1.385 municípios brasileiros espalhados pelo Nordeste e regiões semi-áridas de Minas e do Espírito Santo. Na ocasião, foram alistados 1.192.716 trabalhadores rurais, a

um custo de US\$ 700 milhões.

Segundo o senador, o Programa Semi-Árido Sustentável, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, atingiria plenamente os propósitos de conceber projetos capazes de criar estruturas de convivência com a seca, evitando os graves problemas sociais e econômicos que, de forma cíclica, afetam a população que vive nas regiões semi-áridas, historicamente atendidas por medidas emergenciais.

Ricardo Santos afirmou ainda que o Brasil precisa se preparar melhor para enfrentar os longos períodos de estiagem, incorporando novas tecnologias de retenção e armazenamento de água, irrigação e manejo cultural.

## CAE realiza seminário sobre dolarização na América Latina

Eduardo Suplicy e Bernardo Cabral coordenam debate com autoridades e especialistas a respeito da substituição de moedas locais pelo dólar

A Comissão de Assuntos Econômicos realiza hoje, a partir das 9h, o seminário *Dolarização Versus Pluralismo Monetário*, com o objetivo de discutir os riscos para os países que trocam sua moeda pelo dólar norte-americano. O primeiro palestrante será o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, segundo anunciou ontem, em Plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que coordena o seminário junto com o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

— Diante de dificuldades crescentes de alguns países, como a Argentina, não é de todo impossível que, em futuro próximo, se veja o Brasil cercado de economias dolarizadas. É da maior importância agirmos, o Brasil e os demais países da América Latina, para evitar uma evolução indesejável — disse Suplicy.

Além de Fraga, participarão do seminário, na parte da manhã, o deputado Delfim Netto (PPB-SP), o ex-presidente do Banco Central Paulo Pereira Lira, o economista e professor da Universidade de São Paulo (USP) Celso Martone e o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas Paulo Nogueira Batista. A Mesa da tarde será integrada pelo professor



Para Eduardo Suplicy, a dolarização significaria "uma perda brutal de soberania"

de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, pelo ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore, pelo diretor do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (Ipri) do Itamaraty Samuel Pinheiro Guimarães, pelo professor do Instituto Brasileiro de Estudos do Mercado de Capitais (IBMEC) Eduardo Giannetti da Fonseca e pelo diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Daniel Gleizer.

Os conferencistas farão avaliações sobre temas como prós e contras da adoção do dólar por outros países das Américas; vantagens e desvanta-

gens da flutuação cambial, da *currency board* (caixa de conversão) e outros regimes cambiais; possibilidade e conveniência da criação de moeda única para o Mercosul; movimentos de capital e as crises financeiras no continente.

Para mostrar como a idéia da substituição de moedas locais pelo dólar está avançada, Suplicy referiu-se ao Guia do Cidadão para a Dolarização, disponível no *site* do Senado norte-americano na Internet (<http://www.senate.gov/>). Produzido pelo Comitê de Bancos daquela casa parlamentar, o guia aponta várias vantagens para os países que adotarem a moeda norte-americana: inflação menor, crescimento econômico mais rápido, sistemas financeiros mais sólidos, maior disciplina orçamentária.

O senador observou que, ao dolarizar sua economia, um país abre mão de definir o volume de dinheiro em circulação necessário, entre outros fins, ao seu crescimento, ficando à mercê dos Estados Unidos.

— O dólar comum seria uma facilidade adicional para os interesses das empresas norte-americanas, mas para os países significaria uma perda brutal de soberania — alertou.

## Senado recebe parlamentares da África do Sul

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou a presença, em Plenário, de parlamentares da África do Sul que vieram ao Brasil estudar programas sociais e o sistema previdenciário. Os parlamentares são E. Salojee, M. T. Masutha, P.W.

Cupido, I. Mars e Aza van Jaarveld. Suplicy registrou os laços fraternos e especiais que unem o Brasil e a África do Sul, desejando à delegação uma permanência proveitosa e interessante no Brasil. Na presidência da sessão, o

senador Edison Lobão (PFL-MA) saudou a presença dos parlamentares em nome da Casa. Representando seu partido, o PFL, o senador Eduardo Siqueira Campos (TO) também deu as boas-vindas ao grupo de parlamentares.

## Tocantins reivindica rapidez na federalização de universidade

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) comunicou ao Plenário que a bancada federal do Tocantins, acompanhada de lideranças estudantis do estado, esteve ontem no Ministério da Educação para os entendimentos finais sobre o processo de implantação da Universidade Federal do Tocantins. De acordo com lei assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a Universidade Estadual (Unitins) deverá ser federalizada.

Na ocasião, informou o senador, foi entregue ao ministério docu-

mento com as principais reivindicações dos estudantes, como a imediata nomeação do reitor *pro tempore*, garantia de que o vestibular de julho de 2001 será realizado pela universidade federal ou que será assinado convênio, com essa finalidade, junto à Unitins; encampação, pela universidade federal, de todos os *campi* existentes no estado e garantia de execução de todos os atos referentes à efetiva implantação da universidade. Os representantes do Tocantins também pediram a prorrogação do prazo, que



Eduardo Siqueira Campos esteve no Ministério da Educação

se encerra amanhã, de inscrição no Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies).

Eduardo Siqueira Campos ressaltou a importância, para o estado, da federalização da universidade, e informou que o representante do ministério na reunião, José Luiz da Silva Valente, assegurou o andamento dos trabalhos nesse sentido.

# Osmar Dias pede política para o plantio da safra de inverno

Preocupado com a dependência do Brasil ao trigo argentino, que chega a 90% do consumo, senador reivindica uma política de incentivo à produção que evite reflexos na economia

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que está na hora de o governo formular e anunciar a política para o plantio da safra de inverno. Ele defendeu também a adoção, pelo governo brasileiro, de uma política de incentivo à produção de trigo, lembrando que o país é dependente da importação do produto. A situação se agrava, este ano, segundo o senador, porque 90% do trigo consumido no país é importado da Argentina, que enfrenta uma crise econômica.

Na avaliação do senador, a dependência do trigo argentino pode ter reflexos negativos na economia brasileira, com aumento de preço dos produtos derivados do produto, o que elevaria a inflação e atingiria principalmente a população de baixa renda.

Osmar Dias defende a aplicação de R\$ 500 milhões para o fi-

nanciamento da safra de inverno, com o estabelecimento de um preço de garantia de US\$ 125 a US\$ 140 a tonelada. Dessa forma, entende o senador, haverá um incremento para que a safra possa crescer sucessivamente nos próximos cinco anos, com o aumento do valor financiado, garantindo-se o preço e assegurando-se a comercialização do produto.

O senador fez um relato da perda de renda da agricultura nos últimos anos, em especial no Plano Real. O PIB da agricultura brasileira, em 1999, foi de R\$ 306,58 bilhões e, em 2000, de R\$ 306,88 bilhões, "o que significa que praticamente não houve crescimento", disse o senador. Ele acrescentou que, como a inflação ficou próxima a 9%, houve um decréscimo da renda real e, portanto, do agronegócio.



Osmar Dias fez um relato da perda de renda na agricultura nos últimos anos, em especial com o Plano Real

## Senador faz apelo em favor da votação de matérias no Senado

Em apelo aos parlamentares, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu ontem que o Senado volte ao ritmo de votações. De acordo com o senador, a Casa precisa votar matérias de interesse da sociedade brasileira e necessita cumprir com suas responsabilidades.

Ele disse que respeita todos os senadores que se pronunciaram na tribuna, mas considera que chegou a hora de as questões envolvendo denúncias serem esclarecidas.



Mozarildo não quer "engessar" o Executivo, mas promover solução conjunta dos problemas

## Mozarildo defende Orçamento impositivo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu ontem a aprovação das propostas de emenda à Constituição (PECs) que tramitam no Congresso com o objetivo de tornar obrigatória a execução do Orçamento aprovado pelos parlamentares. "Isso não é para engessar o Executivo, mas para permitir que os destinos nacionais sejam discutidos em conjunto", afirmou.

Mozarildo lamentou o contingenciamento do Orçamento que vem ocorrendo nos últimos anos, dizendo que a execução orçamentária tem refletido, especialmente após a Constituição de 1988, a proposta originalmente encaminhada pelo Executivo ao Congresso, restando inócuo todo o trabalho realizado pelo Parlamento.

O senador entende que o Legislativo não se deve conformar com tal cenário, uma vez que o Orçamento da União "é peça fundamental de ação do Estado, devendo refletir, mais do que o pensamento do Poder Executivo, os anseios de toda a sociedade". Para o senador, cabe ao Legislativo a prerrogativa de estabelecer o arcabouço sobre o qual deve ser exercida a atividade orçamentária em todos os seus aspectos.

Mozarildo criticou o processo de elaboração do Orçamento, atualmente de responsabilidade exclusiva do Executivo, e defendeu uma maior integração com o Congresso Nacional. Ele pregou a efetiva participação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que, por meio de audiências com governadores, prefeitos, representantes da sociedade e técnicos do governo, constituiria um foro de discussão e de aproximação de objetivos que iriam refletir-se em melhoria de qualidade da proposta orçamentária.



Romero Jucá é contrário à proposta dos governadores

## Jucá anuncia reunião da Sufrema para redefinir os valores de investimentos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) informou que na próxima sexta-feira, na cidade de Boa Vista (RR), será realizada uma reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufrema). Em pronunciamento ontem, o senador disse que um dos temas previstos para serem discutidos é a proposta de redefinição dos valores de recursos de investimentos para convênio da Sufrema.

O senador afirmou que apóia a posição do superintendente-geral da Sufrema, Antonio Sérgio, que quer a divisão equitativa dos recursos para estados, municípios e capitais da área de atuação do órgão. Jucá explicou que é contrário à proposta dos governadores que pretendem fazer com que todos os recursos do convênio sejam direcionados somente para os estados.

## Freire quer retirar setor elétrico do processo de privatização

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou projeto excluindo do processo de privatização as empresas do setor de geração e transmissão de energia. O projeto altera o parágrafo 3º da Lei 9.491, que trata do assunto. Em sua justificativa, o senador argumenta que a atividade do setor elétrico "é extremamente complexa e importante" e que a decisão a respeito de sua privatização "não pode ser tomada com base em autorização legislativa genérica e sem a participação efetiva do Congresso Nacional".

Freire afirma que o setor, "fundamental e estratégico" para a economia, encontra-se diante da possibilidade de grave crise, à medida que a retomada do desenvolvimento traz o risco de colapso, com apagões ou cortes no fornecimento de energia.

O parlamentar ressalta que não se opõe à participação do capital privado no setor, observando que sua proposta resultará em uma "firme sinalização" dos poderes públicos no sentido de que sejam realizados investimentos de vulto no setor, como a construção de usinas termelétricas e pequenas hidrelétricas,



Roberto Freire alerta que o setor de energia encontra-se diante da possibilidade de grave crise

além de outras formas de produção de energias alternativas. Esse setor, acrescenta, deve estar aberto à participação do capital privado.

No entanto, defende o senador, as atuais geradoras e transmissoras de energia elétrica, públicas, assim devem continuar, para evitar que soluções de continuidade de uma privatização apressada provoquem uma crise no setor e, junto a isso, o aumento da tarifa para os consumidores, com os conseqüentes efeitos sobre a economia popular.